



Comunidades Quilombolas de Paracatu- MG do racismo estrutural a área de risco

Fernanda Lamanes Gomes¹

RESUMO

Paracatu, localizada no noroeste de Minas Gerais, abriga uma rica herança cultural afro-brasileira, expressa nas diversas comunidades quilombolas que resistem e preservam suas tradições há séculos. Essas comunidades desempenham papel fundamental na formação da identidade local e na valorização do patrimônio histórico e cultural da região. Esse texto visa enaltecer os valores culturais dos povos quilombolas de Paracatu MG, sua relação com as geografias negras e como a maior mineradora a céu aberto do mundo impacta diretamente na vida dessas comunidades e as coloca em condições de risco. Os conflitos territoriais ali presentes se dão pelas comunidades serem anteriores a criação da mineradora que ocupa uma área gigantesca cerca de 3.194 km² com a extração de ouro e suas barragens de rejeitos, além da exposição das comunidades tradicionais a poluição do ar, contaminação do solo e água.

Palavras-chave: Quilombos. Geografias Negras. Conflitos territoriais.

ABSTRACT

Paracatu, located in the northwest of Minas Gerais, is home to a rich Afro-Brazilian cultural heritage, expressed through its many quilombola communities that have resisted and preserved their traditions for centuries. These communities play a vital role in shaping local identity and valuing the historical and cultural heritage of the region. This text seeks to highlight the cultural values of the quilombola peoples of Paracatu, MG, their connection to Black geographies, and how the world's largest open-pit gold mine directly impacts their lives and places them in zones of risk. The territorial conflicts in the region arise from the fact that these communities existed long before the establishment of the mining company, which now occupies a vast area with gold extraction operations and tailings dams. Additionally, traditional communities are exposed to air pollution, soil contamination, and water pollution.

Keywords: Quilombos. Black Geographies. Territorial Conflicts.

¹ Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: fernanda.lamanes@ufu.br

INTRODUÇÃO

Cinco comunidades quilombolas de Paracatu são oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, São Domingos, Família dos Amaros, Machadinho, Cercado e Porto Pontal. São Domingos situada a apenas 3 km do centro de Paracatu, possui cerca de 400 moradores distribuídos em 69 famílias e é uma das mais antigas da região, com mais de 200 anos de história. A comunidade enfrenta desafios relacionados à poluição dos riachos locais devido à mineração, mas mantém viva sua cultura por meio de associações comunitárias e atividades como agricultura, artesanato e turismo de base comunitária.

Família dos Amaros é outra comunidade localizada próxima ao km 12 da rodovia MG-188, e tem origem na antiga Fazenda Pituba onde, atualmente, apenas uma família quilombola reside no local, enquanto os demais descendentes vivem no bairro Paracatuzinho, na periferia de Paracatu, eles mantêm suas tradições por meio de atividades como artesanato e a Caretagem (ou Caretada) que é uma tradição centenária e de forte matriz africana, que ocorre entre 23 e 24 de junho, celebrando a festa de São João Batista, encerrando a novena.

Machadinho também é reconhecida oficialmente como comunidade quilombola. estima-se que a comunidade abranja mais de 1.000 pessoas, em média 7 famílias ainda residem no território tradicional; a maioria vive no município de Paracatu ou no bairro Bela Vista.

A comunidade do Cercado está situada na Fazenda do Cercado, a cerca de 67 km da sede de Paracatu e aproximadamente 20 km do distrito do Buriti. Constitui uma região de difícil acesso, especialmente no período de chuvas devido à falta de pavimentação. Abriga cerca de 100 habitantes distribuídos em 12 famílias, vivendo em uma comunidade dispersa. Possui infraestrutura precária: sem escola ou posto de saúde locais — o mais próximo fica em Buriti, 20 km distante —, sem luz elétrica, saneamento, recolhimento de lixo, e transporte coletivo limitado a duas viagens semanais.

Porto Pontal, também conhecida como Pontal, é uma comunidade considerada das mais antigas de Paracatu e foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. Situada a cerca de 55 km da sede de Paracatu, às margens do rio Paracatu, acessível pela BR 040 e uma estrada vicinal de terra, conta com aproximadamente 140

habitantes em cerca de 30 famílias, espalhadas por uma área tradicional, inicialmente, de 280 hectares dos quais restam somente 84 hectares. A comunidade participou de projetos culturais e educacionais que visam valorizar e divulgar a cultura quilombola local.

O objetivo central desse texto é explanar o quanto a resiliência dos povos quilombolas reforça as chamadas geografias negras e como a existência da mineradora impacta na vida dos povos tradicionais de Paracatu.

Geografias Negras e Antirracismo

Paracatu é conhecida pela sua riqueza em ouro que atualmente é explorada em grande escala. Isso acarreta sérios impactos a uma população residente nas proximidades das lavras e promove riscos das mais diferentes intensidades. A exploração do ouro acontece desde o tempo da chegada de Domingos Luiz Grou, natural de Portugal, figura associada às bandeiras de exploração no Brasil colonial no Sertão, em 1586.

A busca do ouro faz de Paracatu um contínuo alvo de cobiça, e a população escravizada aumentou ao longo dos séculos para atender as demandas de mineração da época. Vale ressaltar que a utilização do termo escravizada que se dá em função de nosso entendimento de que chamar os sujeitos negros de escravos é reduzi-los a condição imposta e forjada na violência escravocrata. Enquanto autora deste texto, não descendo de escravos e sim de seres humanos que foram escravizados como já bradava Makota Valdina (2017), valorizando a condição de ser humano que foi historicamente e sistematicamente retirada dos sujeitos negros, pelos colonizadores visando justificar a crueldade da escravização no Brasil.

A cidade de Paracatu assim como as referidas comunidades quilombolas são diretamente afetadas pela mineração, o que impacta, mas não apaga a força dos remanescentes quilombolas que, em graus variados, mantêm laços de união memórias e tradição com os membros das comunidades. Amaro, Pontal e São Domingos participam de uma celebração centenária denominada a Caretada que é a materialização da preservação da memória por meio de histórias de vida e compoendo ativamente as geografias negras.

A metodologia das Geografias Negras tem o objetivo de compreender as relações étnico-raciais, o racismo, o antirracismo, as populações negras (brasileira, africanas e diaspóricas) a partir da Geografia e das teorias espaciais, sendo assim:

[...] As Geografias Negras (termo não hifenizado) podem abarcar para além das Geo-grafias, das marcas no espaço geográfico, mas compor a complexidade que existe por trás das pesquisas e práticas pedagógicas. Então, envolve também repensarmos a maneira pela qual produzirmos conhecimento geográfico sistematizado. Permite construir trajetórias metodológicas e formas metódicas de trabalho utilizando epistemologias apropriadas. [...] (GUIMARÃES, 2020, p.305)

As geografias negras se fazem necessárias e essenciais como enfrentamento ao racismo, esforço de ensino antirracista, pois o racismo é atual, vigente, pulsante, estrutural e estruturante, é a normalização das disparidades sociais e econômicas que grupos étnicos estão inseridos.

... o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural... (ALMEIDA, 2019, p. 50)

Sabe-se que o racismo não é um ato, não é um evento, mas um processo, que está em constante evolução; se o processo é intenso, constante e potente a intenção para combatê-lo também precisa ser de organização intencional. A educação antirracista se faz fundamental para a busca de equidade social, entendimento da complexidade racial desse país especialista em genocídio negro.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de

geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 2007, p.10)

Afirmamos aqui que as geografias negras são uma metodologia ativa com o objetivo de propagar a educação antirracista, fazendo enfrentamento ao racismo estrutural e suas subseqüências, no caso de Paracatu, diretamente relacionado ao racismo ambiental.

O conceito de racismo ambiental, termo cunhado por ativistas negros nos Estados Unidos e adotado no Brasil por estudiosos como Carlos Walter Porto-Gonçalves e Sueli Carneiro, refere-se à imposição de riscos ambientais (como poluição, contaminação de recursos naturais ou projetos predatórios) sobre populações vulnerabilizadas, geralmente negras, indígenas ou pobres. Em Paracatu, essa lógica se manifesta na forma como o modelo de desenvolvimento mineral ignora ou viola sistematicamente os direitos territoriais, culturais e ambientais das comunidades quilombolas. “O racismo opera como racionalidade de gestão da morte, pois determina, de antemão, quem deve morrer e quem pode viver.” Carneiro (2003, p. 37).

Além dos danos físicos e ambientais, o racismo ambiental em Paracatu também se expressa na negação do direito à terra e à consulta prévia. Comunidades como Machadinho lutam, há décadas, pela titulação de seus territórios tradicionais, enquanto enfrentam a ocupação irregular, o avanço da mineração e a invisibilização de sua existência nos processos decisórios do Estado e das empresas. A ausência de políticas públicas efetivas e a omissão do poder público local aprofundam esse quadro de injustiça ambiental e racial.

A violência e os riscos constantes se tornaram uma realidade a ser enfrentada pelos povos quilombolas. Há relatos de contaminação por arsênio, degradação do solo, desmatamento, assoreamento de rios e desestruturação social e econômica das comunidades. Segundo denúncias de movimentos sociais e reportagens independentes, as populações quilombolas convivem com altos índices de câncer e doenças respiratórias, com acesso limitado a serviços de saúde e a mecanismos de reparação, quando tudo se converte em ameaça, de certa forma nada mais é perigoso.

O impacto da mineração nas comunidades quilombolas de Paracatu - MG

As comunidades quilombolas de Paracatu são formadas por descendentes de pessoas negras escravizadas que, após a falsa abolição, ocuparam e passaram a viver em terras tradicionalmente suas. Essas comunidades preservam modos de vida, práticas culturais e relações com a terra baseadas em ancestralidade, solidariedade e resistência. Contudo, a expansão de grandes empreendimentos mineradores, como os operados pela multinacional canadense, tem provocado um processo contínuo de desestruturação territorial, social e ambiental.

Um dos principais impactos da mineração nessas comunidades é o conflito fundiário. A ausência de titulação definitiva das terras quilombolas torna os territórios vulneráveis à grilagem e à pressão de empresas interessadas na exploração mineral. A comunidade de Machadinho, por exemplo, tem denunciado que parte de seu território tradicional está sendo ameaçada por projetos de barragens e outras intervenções mineradoras, mesmo tendo iniciado o processo de regularização fundiária junto ao INCRA há mais de uma década.

Outro impacto significativo diz respeito ao ambiental, a exploração intensa do solo e o uso de substâncias químicas para extração de minérios têm contaminado o solo e os cursos d'água, afetando diretamente a agricultura de subsistência, a pesca e o acesso à água potável. No quilombo São Domingos os quilombolas perderam o acesso a cachoeira onde era feito o batismo dos mais novos, uma prática ancestral que foi brutalmente arrancada da comunidade devido o avanço da mineradora. Isso configura um caso evidente de racismo ambiental, em que populações negras e tradicionalmente marginalizadas são expostas de forma desproporcional à degradação ambiental e à violação de direitos.

Além disso, os danos causados ao meio ambiente repercutem na vida cultural e espiritual das comunidades quilombolas, cujo vínculo com a terra vai além da produção material. As festas religiosas, o cultivo de plantas medicinais e os saberes passados entre gerações estão sendo ameaçados pela devastação dos espaços naturais sagrados e produtivos.

Diante desse cenário, as comunidades têm resistido por meio de mobilizações locais e apoio de organizações como o Ministério Público de Minas Gerais e a Comissão Pró-Índio de São Paulo. Ainda assim, a efetivação de seus direitos constitucionais, como o direito à terra, à consulta prévia e à reparação ambiental, permanece como um desafio urgente.

Portanto, os impactos da mineração sobre as comunidades quilombolas de Paracatu não se resumem a danos ambientais ou econômicos. Eles revelam uma profunda desigualdade estrutural e histórica, que precisa ser enfrentada por meio da regularização fundiária, da fiscalização ambiental rigorosa e da valorização da vida e da cultura dos povos quilombolas.

O que atenua os conflitos territoriais é a importância financeira que a mineradora apresenta para a economia local, ela atua nas atividades de pesquisa e desenvolvimento mineral, mineração, beneficiamento e comercialização de ouro. Uma das maiores produtoras de ouro do Brasil, responsáveis por 22% da produção nacional, importante empreendimento industrial de Paracatu, responde por cerca de 22% dos postos de trabalho formais do município. São cerca de 1.800 empregos diretos e 4 mil terceirizados.

A autora Mary Jane Paris (2018) aborda de maneira muito precisa estratégias de gerenciamento de riscos em diversos contextos, viver em áreas de risco é uma realidade para milhões de pessoas no Brasil e no mundo, e esse tema envolve uma complexa teia de vulnerabilidades socioambientais, algumas das configurações de áreas de risco são locais com alta probabilidade de ocorrência de desastres naturais ou ambientais, como deslizamentos, enchentes, alagamentos, erosões, contaminações e outros. “O risco se transforma em obstáculo à cidadania quando restringe o acesso a direitos e serviços básicos.” Spink (2008, p. 37).

Quem sobre a realidade cotidiana da presença dos riscos são os quilombolas que devido ao racismo estrutural e suas consequências, na maioria das vezes se enquadram nas descrições de baixa renda, falta de acesso à moradia digna, ausência de políticas públicas efetivas, confirmando assim o racismo ambiental que se apresenta de maneira perigosa, como emaranhados de vulnerabilidades, resultam em uma população mais exposta e com menos capacidade de se proteger ou se recuperar de desastres.

Spink (2018) implementa o detalhamento da análise e mapeamento de áreas de risco em R1: risco baixo, R2: risco médio, R3: risco alto e R4: risco muito alto, logo penso como cada comunidade se enquadra na determinação, sendo: R1 – Risco Baixo: Áreas das comunidades ainda não diretamente impactadas pela mineração, mas sujeitas à exclusão de políticas públicas e ao racismo ambiental. Ações preventivas e fortalecimento de infraestrutura básica são necessárias para evitar agravamentos.

R2 – Risco Médio: Porções dos territórios quilombolas que sofrem com poluição atmosférica e sonora, presença de resíduos da mineração, mas onde ainda é possível intervenção técnica preventiva (como construção de barreiras verdes, canalização e monitoramento ambiental).

R3 – Risco Alto: Locais com proximidade direta aos rejeitos da mina, onde há relatos de doenças associadas à contaminação por arsênio e acesso precário à água potável. A permanência é possível apenas com grandes obras de readequação ambiental e mitigação de danos à saúde.

R4 – Risco Muito Alto: Zonas imediatamente limítrofes à atividade mineradora, onde há elevada contaminação de solo e água, risco de colapso ambiental e insegurança hídrica. Essas áreas devem ser objeto de remoção assistida com garantia de direitos territoriais e reparação histórica, pois não oferecem condições mínimas de segurança para habitação, o que na prática é visível e notável que não acontece.

Todas as cinco comunidades quilombolas estão diretamente expostas até o R3 Risco alto, especialmente São Domingos que pela proximidade com a mineradora a comunidade configura Risco Muito Alto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para os riscos envolve preparar cidadãos para compreender, antecipar, prevenir e reagir de forma crítica e ética a ameaças de diferentes naturezas: ambientais, tecnológicas, sanitárias e sociais. Ela se conecta com os temas transversais como: sustentabilidade, pensamento crítico, responsabilidade socioambiental e conscientização científica, de classe, de raça. Educação que visa dar condições do ser envolvido entender as violências que sobre e instrumentalizar-se para enfrentá-las e superá-las.

A partir da intensificação das atividades mineradoras, observa-se que, a desigualdade passa a ser marcada pela exposição ao risco e pela capacidade de se proteger dele, pois, muitos dos riscos que as comunidades quilombolas de Paracatu estão exposta como toxinas no ambiente, restrição ao próprio território, com a presença da mineradora ou a eminente crise financeira com saída dela, está diretamente relacionado ao racismo ambiental. Educar para a resiliência também é valorizar os saberes ancestrais, que é cerne da educação antirracista e geografias negras.

As geografias negras são direcionadas para uma educação intencionalmente antirracista tendo em vista que o ato de ensinar é muito maior do que passar e esperar que o outro receba o conhecimento. Educação antirracista é a valorização propositalmente das culturas e saberes das potências negras que foram historicamente ensinadas como erradas, sujas, inferiores e dignas de ser domesticadas. A educação antirracista para os povos quilombolas é o reconhecimento e orgulho para pertencimento de seus saberes ancestrais de forma a mostrar que preservar a cultura é importante.

Assim, o caso de Paracatu revela como o racismo estrutural no Brasil se entrelaça com a degradação ambiental, afetando diretamente comunidades quilombolas que, mesmo após séculos de resistência, continuam tendo seus modos de vida ameaçados por um modelo econômico predatório e excludente. Enfrentar esse problema exige mais do que soluções técnicas: requer reconhecimento dos saberes tradicionais, regularização fundiária, justiça socioambiental e reparação histórica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Quilombolas e mineradora vivem embate após expansão de exploração em Paracatu. 16 mar. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros; Coleção Feminismos Plurais, 2019.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRANDÃO, C. R. O que é Educação-Coleção Primeiros Passos (Vol. 20). São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. In: SILVA, Petronilha B. (Org.). *Ensino superior e educação étnico-racial: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2003

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e geografias negras. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, p. 292-311.

GUIMARÃES; Geny F. et al [Orgs.] Geografias negras e estratégias pedagógicas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022

MACHADO, Fernanda Vieira. Racismo ambiental e territórios tradicionais: os conflitos entre mineração e quilombolas em Paracatu. Revista Direito e Práxis, Rio de

Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1001–1023, 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50009>

MAKOTA VALDINA. Frases extraídas de falas públicas e entrevistas. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. Pensamento Negro Decolonial. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PORTAL PARACATU. Comunidades Quilombolas de Paracatu. Parágrafo “Cercado”. Disponível em: <<https://portalparacatu.com/comunidades-quilombolas-de-paracatu/>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SOUZA, Carolina Guimarães Starling de. A relação entre as dimensões material e simbólica do território na comunidade quilombola São Domingos, localizada em Paracatu MG. Doutorado em Geografia, Universidade de Brasília, 2022. Estuda geossímbolos e territorialidade quilombola.

SPINK, Mary Jane Paris. Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: Terceiro Nome / EDUC, 2018.